

TERCEIRIZAÇÃO

Empresários fazem críticas a deputados contrários à lei

Para eles, as mudanças vão trazer mais segurança para as empresas contratarem e ajudarão a recuperar a economia do País

Eduardo Alencar

Empresários do Espírito Santo criticaram os cinco deputados federais capixabas que votaram contra a Lei da Terceirização, aprovada na última quarta-feira. Sérgio Vidigal (PDT), Givaldo Vieira (PT), Helder Salomão (PT), Jorge Silva (PHS) e Evair de Melo (PV) votaram contra.

Segundo os empresários, a regulamentação da terceirização vai aumentar a criação de empregos e os parlamentares foram contra os setores de produção do País.

O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (F indes), Marcos Guerra, disse que os deputados “prestaram um desserviço para a nação”.

“A pergunta é simples: está bom como está? Com 13 milhões de desempregados e o País em recessão? Na minha opinião, os deputados que votaram contra o projeto prestaram um desserviço para a nação. O Brasil está passando por um momento difícil e a bancada não representou as necessidades do nosso Estado”, declarou.

O presidente da Findes afirma ainda que, além de dar segurança jurídica às empresas, a terceiriza-



JOSÉ LINO SEPULCRI diz que deputados contrários à terceirização desconhecem os problemas do setor produtivo

ção cria uma integração maior entre grandes, pequenas e microempresas.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo (Fecomércio), José Lino Sepulcri, acredita que os parlamentares que votaram contra a terceirização não conhecem os problemas do setor produtivo.

“Deveriam fazer uma avaliação melhor sobre isso. Não adianta ter

o direito do trabalhador se não vai ter o emprego para exigir esse direito. Com a terceirização, todos que hoje estão desempregados terão oportunidade de trabalho. Felizmente foi aprovado”, comentou.

Já o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Material Elétrico do Espírito Santo (Sindifer), Manoel de Souza Pimenta Neto, disse que a terceirização sempre existiu no Brasil e que a nova lei vai dar mais segurança

jurídica para os empresários.

“No geral, o principal ganho com essa lei é a segurança que as empresas passam a ter a partir de hoje, já que quem contratar o funcionário será responsável pelos encargos”, explicou.

Quando aos deputados federais que votaram contrário ao projeto, o presidente do Sindifer acredita que tenha sido por ideologia partidária ou falta de entendimento da situação do mercado de trabalho.

O QUE ELES DIZEM

LEONE IGLESIAS - 04/08/2016



“Temos que parar de olhar para o próprio umbigo e seguir em frente. Quem votou contra prestou um desserviço à nação”

Marcos Guerra, presidente da Findes

RODRIGO GAVINI 27/01/2016



“Provavelmente os que votaram contra a lei, votaram por ideologia e outros porque não tiveram análise profunda da situação”

Manoel de Souza Pimenta Neto, presidente do Sindifer

ENTENDA

Professores poderiam ser terceirizados

Mudanças

- > O PROJETO DE LEI DE 19 ANOS atrás que permite terceirização irrestrita em empresas privadas e no serviço público foi aprovado na Câmara dos Deputados, na última quarta-feira.
- > A PRINCIPAL MUDANÇA é em relação à permissão das empresas para terceirizar quaisquer atividades, não apenas atividades acessórias da empresa.
- > POR EXEMPLO: uma escola antes só poderia contratar serviços terceirizados de limpeza, alimentação e contabilidade. Agora poderá também contratar, para a sua atividade-fim, que é o ensino, professores terceirizados.

Empregos temporários

- > O PROJETO APROVADO nesta semana também regulamenta o trabalho temporário, aumentando de três para seis meses o tempo máximo de sua duração, com possibilidade de extensão por mais 90 dias.

- > OS TEMPORÁRIOS terão o mesmo serviço de saúde e auxílio-alimentação dos funcionários regulares, além da mesma jornada e salário.
- > INICIALMENTE INSERIDA na proposta, a anistia de “débitos, penalidades e multas” impostas até agora às empresas foi retirada do texto pelo relator para facilitar a aprovação do projeto.

O que dizem apoiadores

- > NA VISÃO DOS QUE APOIAM o projeto, a existência de uma lei sobre o assunto é fundamental para garantir segurança jurídica dos trabalhadores e empregadores.
- > TAMBÉM ACREDITAM QUE, com a especialização do serviço, a produtividade aumentará. Eles argumentam que a nova norma ajudará na criação de vagas.

O que pensam os críticos

- > GRANDE PARTE DOS SINDICATOS e movimentos sociais, os principais

opositores, temem a precarização da relação trabalhista.

- > ELES ARGUMENTAM que a nova legislação incentivará as empresas a demitirem trabalhadores que estão sob o regime CLT para contratar terceirizados, com remuneração menor.

Os votos dos capixabas

A FAVOR DA APROVAÇÃO

Carlos Mannato (SD)
Lelo Coimbra (PMDB)
Marcus Vicente (PP)

CONTRA

Evair de Melo (PV)
Givaldo Vieira (PT)
Helder Salomão (PT)
Jorge Silva (PHS)
Sérgio Vidigal (PDT)

AUSENTES

Norma Ayub (DEM)
Paulo Foletto (PSB)

Fonte: Projeto de lei da terceirização.

Parlamentares se defendem

Os parlamentares capixabas contrários à lei da terceirização se defenderam das críticas e ressaltaram que o projeto não ajuda na criação de empregos.

Sérgio Vidigal (PDT) declarou que votou contra por acreditar que a proposta retira direitos do trabalhador. “Esse projeto pode elevar o

BILLY BOSS/ CÂMARA DOS DEPUTADOS



SALOMÃO: “Não vai gerar emprego”

número de terceirizados a 52 milhões, isso geraria impactos negativos no mercado de trabalho”.

Helder Salomão (PT) afirmou que não é contra a terceirização, mas sim da forma como foi colocada no projeto. “O projeto generaliza as atividades sem nenhum critério. Por isso nos votamos contra, porque vai precarizar as condições de trabalho e não vai aumentar a geração de empregos como estão dizendo”, defendeu.

Givaldo Vieira (PT) disse por meio de uma rede social que o projeto “representa um desmonte nos direitos da classe trabalhadora”.

Jorge Silva (PHS), também por rede social, comentou que “a medida fragiliza e precariza as relações de trabalho e achata os salários”.

A reportagem não conseguiu contato com Evair de Melo (PV).

Paulo Foletto (PSB) se absteve de votar o projeto. Ele não atendeu as ligações da reportagem. Já Norma Ayub (DEM) disse por meio de uma rede social que está licenciada por motivos de saúde.

Economia**TERCEIRIZAÇÃO**

Presidente do Senado quer projeto diferente

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB), disse ontem que é preciso que o Senado atualize a proposta sobre terceirização que foi aprovada pela Câmara na última quarta-feira.

Os deputados aprovaram por 231 votos a favor, 188 contra e 8 abstenções um projeto de lei que autoriza o trabalho terceirizado em todas as atividades. O texto seguiu para a sanção do presidente Michel Temer.

Enviada ao Congresso pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1998, a proposta já havia sido aprovada pela Câmara e, ao passar pelo Senado, sofreu alterações. De volta à Câmara, o texto aguardava desde 2002 pela análise final dos deputados.

Em 2015, a Câmara aprovou um outro projeto, com o mesmo teor, durante a gestão do ex-presidente da Casa Eduardo Cunha (PMDB). O texto foi enviado para análise do Senado, mas ainda não foi votado.

Ao comentar a aprovação do texto pela Câmara, Eunício lembrou do projeto que ainda terá de ser analisado pelos senadores e que está sob a relatoria do senador Paulo Paim (PT).

Eunício pediu a Paim para entregar o relatório a fim de que seja

votado no plenário assim que possível.

“É preciso que a gente atualize esse projeto que foi aprovado por meio de outro projeto que está tramitando no Senado, que é a Casa revisora. Portanto, o projeto da Câmara vai à sanção, e este outro projeto vai ser o projeto para complementar, se for o caso, o projeto aprovado pela Câmara”, disse Eunício a jornalistas.

LACUNA

O presidente do Senado afirmou ainda que o projeto em análise do Senado “preencherá alguma possível lacuna” que tenha ficado aberta no texto aprovado pela Câmara.

O texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, para ir a plenário, precisa ser aprovado pelo colegiado.

Segundo o presidente do Senado, assim que a comissão analisar o texto, ele vai pautar de “imediato” no plenário principal da Casa.

Os senadores poderão fazer acréscimos e retirar dispositivos do texto em análise.

De acordo com Eunício, com os dois projetos aprovados, Temer fará a “seleção” dos trechos que vão entrar em vigor.

**EUNÍCIO** diz que o Senado tem de atualizar proposta aprovada pela Câmara

Preocupação com votação apertada

GUSTAVO LIMA

**CÂMARA:** apreensão de que placar se reproduza na reforma da Previdência

O resultado apertado da votação que liberou geral a terceirização na noite da última quarta-feira, na Câmara dos Deputados, causou preocupação ao presidente Michel Temer.

Foram 231 votos favoráveis, 188 contrários e oito abstenções.

Temer conversou com os líderes dos partidos aliados mostrando-se preocupado que este placar se reproduza na reforma da Previdência. Disse, segundo relato de um líder partidário, que ao menos, há tempo para “corrigir” a questão.

Pelos cálculos do Palácio do Planalto, é preciso que as bancadas aliadas garantam, ao menos, 75% de votos de seus deputados para as mudanças no sistema previdenciário serem aprovadas.

Diferentemente da votação da terceirização, na qual era necessária maioria simples dos votos, para

a reforma passar é preciso quórum qualificado, ou seja, 308 votos.

Os partidos em que o governo vê maior margem de segurança são PSDB, PP e PSD. Por outro lado, avalia que há problemas no próprio partido de Temer, o PMDB, com muitos deputados indecisos; e o DEM, que na votação da terceirização se dividiu.

JANTAR

Após a votação da terceirização, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), recebeu empresários e deputados para jantar na residência oficial.

O empresariado também demonstrou muita preocupação com a condução da reforma da Previdência. O grupo reforçou aos parlamentares que a regra de transição proposta deve ser mantida, sob risco de colocar as mudanças à guisa abaixo.

Caixa tem novas regras para o uso do rotativo

A Caixa anunciou as novas condições para uso do rotativo do cartão de crédito, com vigência a partir de 3 de abril.

De acordo com nota divulgada pelo banco, atendendo às exigências do Conselho Monetário Nacional (CMN) que limitam o uso do rotativo pelo período máximo de 30 dias, o valor não liquidado integralmente da fatura anterior estará totalmente contido no saldo para pagamento mínimo da próxima fatura.

A Caixa manterá as opções vigentes para o pagamento da sua fatura mensal, ou seja, o valor mínimo, o valor total ou qualquer valor entre o mínimo e o total e, a partir do vencimento do dia 3/5/2017, terá ainda mais seis possibilidades de parcelamento do valor da fatura: em 4, 8, 12, 16, 20 ou 24 meses, à escolha do cliente. As taxas incidentes nas opções de parcelamento variam de 3,30% ao mês a 9,90% ao mês.

A Caixa também oferecerá a opção do parcelamento automático do valor da fatura, que ocorrerá quando o cliente pagar qualquer valor abaixo do pagamento mínimo e diferente das seis opções de parcelamento citadas.

“A Caixa estará totalmente adequada à nova sistemática para o produto cartão de crédito. A partir do dia 3 de abril, a rede de agências e Centrais de Atendimento telefônico estarão disponíveis para dirimir eventuais dúvidas dos clientes”, afirmou o diretor executivo de Cartões da Caixa, Márcio Recalde.

RODRIGO GAVINI - 09/03/2017

**CAIXA:** novas opções na fatura